



Félix Guattari e a produção de subjetividade na sociedade de consumo: questões atuais desde a filosofia da educação

POR ALEXANDRE FILORDI DE CARVALHO

afilordi@gmail.com

Não escapamos ao ciclo das mercadorias
Brecht, 2009, p.161)

Introdução

O poema de T.S. Eliot se chama *Os homens ociosos*:

Nós somos os homens ociosos
Os homens empalhados
Uns nos outros amparados
O elmo cheio de nada. Ai de nós!
Nossas vozes dessecadas,
Quando juntas sussurramos,
São quietas e inexpressas
Como o vento da relva seca
Ou pés de ratos sobre cacos
Em nossa adega evaporada

Fôrma sem forma, sombra sem cor,
Força paralisada, gesto sem vigor;

Aqueles que atravessaram
De olhos retos, para o outro reino da morte
Nos recordam – se o fazem – não como violentas
Almas danadas, mas apenas
Como os homens ociosos

Os homens empalhados (2004, p.177).

Nesse poema, experimentamos o desconcerto humano diante de sua ruína. A ideia nuclear de nossa desolação é repetida em termos cotidianos, crus, assustadores e cruéis. Se apressássemos o nosso convencimento, pela força poética, até que poderia cair bem afirmar que viver em uma sociedade do consumo, e do consumo espetacularizado, é reatualizar o desconcerto humano eliotiano. De imediato, somos



impelidos a indagar se não seria uma vida atravessada pela aparência; uma vida mobilizada pelo quanto pode transitar em seu poder de compra, o valor se fazendo carne até a sua autoconsumação, o nosso próprio empalhamento? Não seríamos, dessa maneira, o retrato desses homens ocos, fôrma sem forma, sombra sem cor, força paralisada, gesto sem vigor?

Mas ao sermos confrontados com a perspectiva que Guattari (2005, 2011a, 2011b) nos fornece para compreendermos a sociedade de consumo, bem como a relação de nossa constituição subjetiva em tal sociedade, deparamos com algo diferente. Nesse caso, o homem oco de Eliot se transforma em uma pálida e longínqua imagem do que, de fato, nos tornamos. Na sociedade de consumo, as nossas experiências com o nosso modo de ser, isto é, com a nossa subjetividade é maquinada em um corpo social, em uma subjetividade social cujo papel é duplo. De um lado, tal sociedade nos coloca numa relação transbordante de signos, de valores e de significados. Os nossos modos de pensar, de agir, de desejar, de perceber, de ajuizar, de relacionar, de ser e estar com o mundo, passam, forçosamente, por uma sociedade cujos objetos nos são dados em forma de mercadoria dada, em todos os seus níveis inclusive transformando o próprio ser humano em uma mercadoria, como vemos nas profissões de modelos. De outro lado, ao consumir, estamos fadados a criar conexões e afinidades com todos estes níveis de relações. Quer dizer, em todo ato de consumo recriamos modos de ser, de significar, de valorar, de pensar, de agir, de perceber, etc. Portanto, no consumo tudo se subjetiva pois “o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito”, como já havia afirmado Marx, em sua *Introdução à crítica da economia política* (1999, p.32). Então, é preciso conceber que no lugar de fôrma sem forma, sombra sem cor, a produção de subjetividade na sociedade de consumo, como veremos, diz respeito aos homens cujas formas são condizentes com as fôrmas responsáveis por entalhar as suas subjetividades. Na sociedade de consumo, deixamos de ser homens ocos, homens empalhados para cedermos lugar à composição de homens transbordantes, homens entalhados e homens metamodelizados.



Com a finalidade de contribuir para as análises, as investigações e as pesquisas em torno dos mapeamentos e das problematizações das diferentes formas de produção de subjetividade, via a sociedade de consumo e da espetacularização da vida, é que este texto foi concebido. Assim, a partir dessa perspectiva introdutória, e à luz do pensamento de Guattari, pretendo pensar a produção de subjetividade na sociedade de consumo, em três etapas que convocam uma série de intercâmbios em suas linhas argumentativas.

Em um primeiro momento, busco apresentar uma forma de compreensão da composição da sociedade de consumo e a sua ligação com o que Guattari denominou de sociedade capitalística, no lugar da habitual designação de sociedade capitalista. Em outra etapa, e quase que por corolário, tratarei de analisar como se dá a produção de experiências de subjetividade na sociedade de consumo capitalístico. Ademais, como veremos, a própria compreensão do que podemos entender por subjetividade vincula-se aos graus de consumo. Finalmente, em um terceiro momento, gostaria de andar na direção de como podemos pensar tensões, desde a educação, na tentativa de criar nos territórios de uma subjetividade entalhada pela sociedade de consumo outros modos de ser e de estar.

Sociedade capitalística e sociedade de consumo: as faces de uma mesma moeda

A noção de sociedade capitalística é extraída do pensamento de Félix Guattari. Ela extravasa a ideia de sociedade capitalista, como habitualmente estamos acostumados a conceber. No mínimo três dimensões circunscrevem o campo próprio da força desta noção.

Em primeiro lugar, a sociedade capitalística indica um transbordamento dos limites das sociedades qualificadas como capitalistas. Em cena está todo um conjunto das relações dos seres humanos com determinado tipo de produção, de consumo, de troca e de circulação de bens. Inspirado na tese de Marx (1999), em sua *Para a crítica da economia política*, em o valor de toda mercadoria também está disposta nos modos pelos quais ela se correlaciona com as maneiras de sua produção, de seu consumo, de sua troca e



circulação, Guattari (1995; 2011a) também sustentará que o mesmo ocorre com os de elementos culturais. Significa pensar que em nossa cultura de produção capitalista os feixes de significantes-significados, de formas de percepção e de apreensão do que podemos conceber por realidade, a especificidade do “mundo” individual de cada um, correlacionam-se a um conjunto produtivo, de consumo, de troca e de circulação desses significantes-significados. E, claro está, incluem-se aí as próprias disposições de convivência das relações humanas.

Tudo isso significa que, apesar de a sociedade capitalística ser um fenômeno de interdependência do capitalismo, ela se colocar em todas as dimensões onde, de certa forma, as possibilidades de relação entre significância e significado circulam apenas sob certas condições. Por exemplo, em um país como o Sudão do Sul, que está longe de ser um país capitalista, toda vez que é alvo de ações humanitárias por parte da ONU, da OMS, da Cruz Vermelha, etc. vê-se atravessado por apenas certas possibilidades de produção, de consumo, de circulação e de troca de alguns bens, alguns elementos culturais exógenos a sua própria cultura. A sociedade capitalística, desse modo, é um prolongamento da condição finita de acesso a todo tipo de bem que, derivado da produção de bens da sociedade capitalista, contamina as produções de relações sociais, culturais e históricas em níveis que não se limitam ao bem material, mas inclusive aos “bens” simbólicos, afetivos, psíquicos, enfim, subjetivos, mesmo nas sociedades que não sejam estritamente capitalistas.

Em segundo lugar, e por consequência, a sociedade capitalística não indica um bloco contínuo e unívoco de sentidos e de relações a fim de definir globalmente a sociedade, como é comum na ideia de sociedade capitalista em torno do capital. Na sociedade capitalística vivemos em fluxos derivados a partir de infinitas relações sociais ramificadas em “redes de poder, de competências técnicas, de instituições, de equipamentos, de fluxos monetários, de fluxos de saber, de fluxos de mercado, etc” (Guattari, 2011a, p.43). A variação de intensidade de tais fluxos, contudo, converge para uma mesma política de desejo no campo social e de afirmação de um modo de produção



da subjetividade e da relação com o outro. Tudo sempre animado para controlar e a bloquear o que possa desestabilizar o fluxo do controle capitalístico. Em outros termos, não importa o tipo de sociedade que levemos em consideração, desordem sempre será vista como desordem em qualquer lugar. E como se houvesse uma racionalização de controle para exercer um poder de homogeneização e de padronização nas atitudes e nos comportamentos humanos, por fluxos e formas distintas. Desse modo, os fluxos capitalísticos criam uma semiótica racionalizada para a experiência subjetiva.

Finalmente, em terceiro lugar, a sociedade capitalística é aquela que se devota a lutar e a combater, a fechar em certos territórios e a retirar de outros, a inventar e a produzir vacinas paralisantes de todo tipo de processo de singularização. Guattari expressa a força dessa perspectiva da seguinte maneira:

a subjetividade da sociedade industrial pôde encarnar-se, numa visão de ficção científica, numa enorme máquina de calcular que define para cada tipo de necessidade uma resposta, não só para os indivíduos vivos, mas também para as próximas gerações (1974, p.125).

Mesmo que Guattari estivesse se referindo à sociedade industrial, podemos pensar que a questão a problematização está em pensar como, em toda sociedade, há uma produção subjetiva que acaba oferecendo um gabarito a demandar respostas corretas de cada modo ser de seus sujeitos. Sendo assim, mesmo em uma sociedade não industrializada encontraremos uma “indústria” que produz, que faz circular e que enfatiza o valor de troca de apenas um certo número reduzido de códigos culturais, sociais, simbólicos, estéticos, linguísticos, éticos, etc. conforme as regras instituídas para os seus consumos. Em nosso caso, ou seja, o da sociedade industrializada, a sociedade capitalística “é uma máquina significativa que predetermina aquilo que deverá ser bom ou ruim para mim e meus semelhantes nesse ou naquele ambiente potencial de consumo” (Guattari, 1974, p. 127).

Seja como for, o importante é ter ciência que a sociedade capitalística nos equipa o tempo todo com modelos possíveis que se firmam como os nossos significantes mestres. Temos, desta maneira, “modelos de percepção, de motricidade, de inteligência,



de memória” (Guattari, 2011a, p.30). Mas também modelos de expressão de nossos afetos, comportamento, componentes plásticos; modelos de fala, de leitura e de escrita, sempre amparados nos aparelhos de controle de ações subjetivas: família, escola, empresas, o grande meio de comunicação em massa, bem como quartéis, prisões, hospitais, aparelhos burocráticos e de governo. Sempre circulação de modelos “diferentes segundo cada posto que nos é atribuído em função de pertencimento” (Guattari, 2011a, p.30): sócio-cultural, econômico, intelectual, estético, moral, e principalmente, pertencimento ao nível de possibilidade de consumo.

Na sociedade industrial, o consumo, em todas as suas instâncias, formas e vias tornou-se um dos modelos fundamentais a partir do qual nos constituímos enquanto experiência subjetiva. No consumo se fortalece as apostas codificadoras dos modos preestabelecidos de nos serializar. É assim que o mesmo objeto não possui o mesmo valor quando veiculado nos meios de elite sociais, intelectuais, acadêmicos, periféricos, etc. A frase “*pão ou pães, é questão de opiniões!*”, se dita em um meio acadêmico seria capaz de produzir enormes ruídos em torno de um crasso erro de concordância. Se fosse dita por um sertanejo, haveria uma complacência na compreensão de sua condição, e até mesmo, quem sabe, um acolhimento por conta de sua especificidade cultural. Entretanto, ao termos ciência de que a mesma frase está na boca de Riobaldo, personagem de *Grande sertão: veredas*, passamos a significá-la como potência genial para poder dizer muitas coisas, por exemplo, acerca do absoluto e do relativo, da norma e da transgressão: “O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães é questão de opiniões...” (Rosa, 1972, p.9).

Dizer que sociedade capitalística e sociedade de consumo são faces da mesma moeda equivale pensar no conjunto de procedimentos e de controle convocados, em suas múltiplas formas, com o intuito de serializar, de hierarquizar, de compartimentalizar e de distribuir não apenas uma mera satisfação no desfrute, porém, um modelo de percepção de si mesmo, dos outros, das coisas e do mundo. Por isto mesmo, a sociedade de consumo é uma sociedade que produz subjetividade, pelas seguintes razões.



Consumir é ativar um modo de produção, de circulação e de valor de troca não apenas do que se consome, ou seja, de um produto, mas de tudo que no consumo se agrega como modelo de referência, de enquadramento de seus usos viáveis – mesmo que não utilitaristas, além dos afetos ali envolvidos. De todo modo, ao consumir nos situamos em algum tipo de processo de filiação de relações de poder: quem consome, onde, como, para quê, com quem? Logo, a lógica do consumo organiza e difunde equipamentos de fixação, de organização, de distribuição e de filtragem de agrupamentos. Por conseguinte, no consumo tudo é diferenciado para produzir equivalências. Assim, os sujeitos se espetacularizam na mesma proporção que não escapam do consumo espetacular. E como bem sabemos, “o espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo” (Debord, 1997, p.30).

Proust, *No caminho de Swann* (1957, p.205), fornece-nos uma imagem interessante a este respeito. Odette é uma mulher fascinada pelo consumo, mas ao seu modo. Quer dizer, toda relação de consumo, ao mesmo tempo que potencializa um fluxo de subjetividade, parte de um tipo de sujeito. É assim que “Odette tinha sede de *chic*, mas não fazia disso a mesma ideia que as pessoas da alta sociedade”. De que ordem é o chique? O que ele convoca e mobiliza? O que deflagra? Que energia encontram no chique sentido? A sua variação denota filiações com certas dimensões de poder.

Consequentemente, na sociedade de consumo somos *odettizados*. Cada um de nós passa a pertencer a um sistema qualificador. Ou ainda, na expressão de Guattari (1995), a uma usinagem semiótica: trazemos todos os signos e os investimentos da sociedade capitalística. A aparência é o exemplo mais cabal. Ela é capaz de contextualizar o sujeito em determinados registros sociais e apresentar muitos códigos sociais aos quais ele se afilia. De outro lado, o que pode ser pior, situar um sujeito na linha de um desejo de pertencimento alisador de subjetividade a partir do momento que ele busca coexistir com esses mesmos sinais. Isso pode ser comprovado pelo montante de vestimentas cujos produtos são maciçamente falsificados, com o intuito de imantar o sujeito no



fetichismo do *trademark*. Também pode ser comprovado pelas formas que os aparelhos de repressão estereotipam os sujeitos, sempre com a boa intenção de “verificá-los” ou até mesmo de capturá-los para que sejam corrigidos.

Por isso mesmo, o imperativo de realização da usinagem semiótica é a coincidência entre a oferta e a procura de tudo o que constitui as nossas “significações de todos os dias – as significações dominantes e suas reproduções –, aquelas sobre as quais se fundam os empreendimentos de mediocrização do poder e a suficiência da representação” (Guattari, 2011a, p.64). E aqui o consumo não se atrela apenas à ordem direta do poder de compra, ao valor econômico, mas a tudo o que consumimos para engendrar as nossas fronteiras nas quais insistimos em existir, isto é, as referências com as quais somos identificados e capturados pela própria identidade. Em nossa sociedade, existir é poder consumir, de alguma maneira. E ao consumir, existimos precisamente porque damos sentido à perfeição de uma máquina que opera sobre nós captando e direcionando toda potência singular de nossa subjetividade, ou ainda, toda potência de nossa energia ou de nosso desejo. O consumo é a maior expressão de consenso subjetivo existente, pois sempre faz operar o desnível do poder de quem pode e de quem não pode comprar, vender, acessar, atualizar-se, tirar uns dias para pensar na vida, morrer dignamente, conhecer as “belas artes”, etc. O consumo, contudo, também denota os lugares de identificação binários: dono-proprietário-possuidor e despossuídos; emissor e receptor de...; doador e donatário; professor e aluno; orientador e orientando; falante e ouvintes, etc. Consumir é viver em um possível pré-estruturado. Seja como for, Consumir é pertencer a um sistema qualificador.

Ao que tudo indica, sociedade capitalística e sociedade de consumo são os territórios de onde partem as nossas condições histórico-sócio-institucionais pelas e com as quais, forçosamente, a nossa subjetividade é produzida. A nossa experiência de subjetividade incontornavelmente parte de uma subjetivação capitalística: “trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instituições psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (Guattari, 1995, p.35). Em suas maquinações, ela tende a igualar tudo. Para tanto,



esmaga os processos de criatividade e de singularização capazes de tensionar os condicionantes que forjam maneiras de perceber o mundo – os nossos *perceptus* –, e de sentir e de estar com o mundo – os nossos *affectus*. A subjetivação capitalística consome a própria subjetividade por meio de uma grande politização de captura e de enquadramento dos microvetores de subjetividade singular: todos devem entrar no sistema de significação dominante e nas mesmas representações. Do contrário, tornamo-nos sujeitos infames e banidos do mundo. Passamos a encarnar Gregorio Samsa, ser kafkiano em *A metamorfose*; ou a um Raskolnikov, de *Crime e Castigo*, de Dostoievski; ou Meursault, um homem incompreendido na demonstração de Camus, em *O estrangeiro*; quiçá, alguém desarrazoado, semelhante a Lucky, em *Esperando Godoto*, de Samuel Beckett, que pensava que pensava quando, na verdade, não dizia nada com nada; ou um demente, ou um delirante, ou um sonhador, ou um errático, ou um ingênuo. Talvez? Talvez.

Ao consumir produzimos os mesmos sentidos das condições de uma subjetivação capitalística. Além disso, ativamos componentes que localizam modos de se relacionar em uma trama de poder diferenciador; operamos um sistema qualificador de modos de ser; e damos sentido às máquinas de controle capitalísticas. Portanto, consumir é ativar comportamentos, valorações, fluxos de desejos, modos de ser; é convocar competências e apetências; é investir em uma política de produção subjetivante. E aqui já podemos nos ver de várias maneiras, menos, é certo, como homens ociosos em uma fôrma sem forma.

Sociedade capitalística e a nossa produção de subjetividade de cada dia

O maior investimento que a sociedade de consumo engendra na produção de subjetividade encontra-se no fato de vivermos sempre em defasagem com as nossas experiências. Quando deixaremos de necessitar de alguma coisa nova: de um objeto, de uma experiência cultural, de um conhecimento, de uma relação humana, de uma viagem, etc.? Essa defasagem é interposta entre a derivação atual de nosso modo de ser,



isto é, a nossa subjetividade e a virtualização controlada de nossa singularidade com o intuito de nos programar para as mesmas apostas subjetivas.

Segundo Guattari, existem alguns indícios indelévels de como a produção de subjetividade é maquinada, ou seja, produzida nesse grande contexto da sociedade capitalística/consumo. A subjetividade é produzida por agenciamentos de infantilização, e esse é o primeiro indício. Ao vivermos em um possível pré-estruturado, somos atravessados por todo tipo de instalação maquina eivada por instituições estatais, equipamentos coletivos, conjuntos de saberes, matrizes de comportamento, referentes semióticos: artes visuais e mídias, sons, imagens, moda, textos; mas também por redes poderosas de representação e de significação dominante responsáveis por tutelar toda potencialidade subjetiva de cada um. São verdadeiras filtragens de controle e de mediação dos afetos e das percepções. Nessas filtragens aprendemos a como enxergar, ouvir, sentir, provar, interagir, mostrar-se, falar, imaginar, mas também o que, quando, para quê, para quem. A economia subjetiva capitalística tem por função transformar o sujeito em sujeito indeterminado, é o que parece a Guattari:

pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social. Além disso, consideram que tudo o que tem a ver com coisas extraordinárias – como o fato de falar e viver, o fato de ter que envelhecer, de ter que morrer – não deve perturbar nossa harmonia no local de trabalho e nos postos de controle social que ocupamos, a começar pelo controle social que exercemos sobre nós mesmos (1995, p.50).

Ora, a capacidade de escolha própria tornou-se uma fechadura enferrujada para nós. O tempo todo somos teleguiados e condicionados pelos signos massificadores. Informações ilegítimas e falsificadas multiplicam-se infinitamente nas redes sociais. Quase nunca elas são averiguadas; quase sempre são propaladas com fortes convicções assentadas na imediata percepção de questões e de problemas que, em um mundo adulto qualquer, exigiria um mínimo de esforço e de empenho para as suas compreensões, discernimentos e julgamentos. Twitterizamos a existência; banalizamos os intrincados laços de relações pertinentes ao mundo adulto por reduções de códigos e por todo tipo de simplificação. Assim, ainda experimentamos uma vida espetacularizada em frases de efeitos.



O segundo indício de como a subjetividade é maquinada na sociedade capitalística encontra-se nas produções de agenciamentos de culpabilização. A culpa é forjada ao passo que a comparação se incrustou em nossa subjetividade pela medida de valor comparativo instituído por significantes inquebrantáveis. O que consumimos, inevitavelmente, indica a nossa finitude material. Soterrados na impotência de se ter tudo, logo descobrimos o quão insignificante e insuficiente são as nossas energias para suprir a frustração constante que nos subordina à defasagem constante. “O que você vale na escala de valores reconhecidos enquanto tais na sociedade? “Que etiqueta poderia classificar você?” (Guattari, 1995, p.49). Tais indagações, segundo os termos literais de Guattari, fazem com que comecemos a indagar: “afinal de contas quem sou eu? Será que sou uma merda? (1995, p.49).

A culpabilização é fundamental para estabilizar o campo social capitalístico. Os seus quadros de referências nos lançam em um buraco negro que draga e bloqueia os processos de afirmação singular do campo subjetivo. Nesse campo esburacado, o desejo está sempre minado e sabotado para bloquear as condições efetivas de processos de singularidade. Passamos a viver decalcados sobre a imagem de um fantasma que nunca poderemos ser, claro está, para renovar as forças que pretensamente não de superar toda a nossa frustração: sempre é preciso trabalhar mais para isto ou aquilo. A este respeito, basta olharmos para o nosso corpo e notarmos os sentimentos que afloram. Ou, quem sabe, folhearmos as revistas de moda, passearmos pelos Shoppings. Podemos ainda pensar no tipo de trabalho que executamos com as suas possíveis derivações: onde moramos, como nos locomovemos, como nos divertimos. A culpabilização é um modo de atualizar uma produção de subjetividade assujeitada, como se o “nosso próprio direito de existência desabasse” (Guattari, 1995, p.49).

Infantilização e culpabilização, par e passo, são cultivadas no solo fértil dos agenciamentos que incidem nos modos de temporalização. Temporalização não é o tempo. É sua partilha e distribuição conforme a energia aplicada em uma determinada finalidade, numa fração precisa e controlada de tempo. Aqui, o velho lema *time is money* se torna história de carochinha, pois o tempo não é mais uma medição produtiva de



ordem meramente econômica. A regulação temporal incide sobre todos os níveis da existência sobrecodificando os circuitos e as consistências de nossos possíveis. A temporalização capitalística regrada dita os ritmos e os planos do que pode ou não pode ser afirmado como matéria a ser vivida, como cadência consumível de reapropriação subjetiva. É para isto que serve a rotina. “Todas as relações com o espaço, com o tempo e com o cosmos tendem a ser completamente mediadas pelos planos e ritmos impostos, pelo sistema de enquadramento dos meios de transporte, pela modelização do espaço urbano, do espaço doméstico, pela tríade transporte-mídia-equipamento coletivo” (Guattari, 1995, p.53).

É assim que vemos Cipriano Algor, personagem em *A caverna* de José Saramago (2000), dando-se conta de que as mudanças pensadas por ele, para viabilizar a economia de tempo e de material na produção de suas estatuetas, acabaria destinando-o a um modo de ser: “a partir desse dia, Cipriano Algor só interrompeu o trabalho na olaria para comer e dormir”. Em grande parte, essa mesma experiência ocorre conosco. A temporalização capitalística toma toda a dimensão de nossa vida. Por ela, somos conduzidos como pequenas crianças sem vontade própria. Dentro dela, a culpa acerca de nossa incapacidade de fazer e de ter tudo nos assola dia e noite.

Não saberíamos contar a multitude de operadores intermediários que se instalam nos agenciamentos de infantilização, de culpabilização e de controle da temporalidade. Mas em cada operador passamos por uma nova iniciação que tenta captar toda a nossa energia e o nosso potencial singular para derivar uma subjetividade normada, normalizada, serializada, consensual e presa a um círculo vicioso. Neste caso, o consumo é um operador mais do que presente em nossa sociedade. Ele é uma máquina poderosíssima e hiper-eficaz de injetar em nosso campo subjetivo toda forma de representação: faça assim, faça assado; seja assim e não de outro modo. As representações estabilizam o campo da sociedade capitalística cuja mutação é tão insensível como em uma língua estabilizada em seus acordos e em suas regras sintáticas. O consumo tornou-se o nosso latim. Componente difusor de uma semiótica em sua vocação de universalidade. Investimento superegóico e cristalizador de atitudes



e de comportamentos; divisor binário e falocrático (quem pode mais?); assujeitamento generalizado; organizador dos espaços; gerente do tempo (consumo em sua rapidez: preparar aula, corrigir provas e trabalhos, elaborar uma monografia ou tese, escrever um artigo – consumir e se autoconsumir); consumo: compositor de componentes semióticos corporais (função somática e perceptiva); consumo: processador do que se torna relevante ou irrelevante, enfim, um produtor de subjetividades.

De uma produção de subjetividade à outra: em busca de outros transbordamentos

O diagnóstico aqui empreendido acerca da produção de subjetividade na sociedade capitalística não nos implica em sua aceitação como a ordem do mundo e a sua manutenção. Se a sociedade de consumo ativa a diferenciação, a qualificação e o controle operando os agenciamentos de infantilização, de culpabilização e de modos de temporalização, abrimo-nos para uma experiência de subjetividade ativa e criadora é precisamente frustrar todos os mecanismos interiorizados, em nós e por nós, dos valores capitalísticos.

Vazar os sistemas de redundâncias dominantes é o passo inicial na busca de uma produção de subjetividade que possa escapar dos ciclos das mercadorias, onde tudo tem validade e eficiência pré-datadas. E aí é desnecessário dizer o quanto a educação é convocada a se redimensionar como tarefa de mediar a criação e os processos de singularização avidamente capturados nos procedimentos de infantilização, de culpabilização e de temporalização controlada. Por toda forma de atravessamento somos convidados a “produzir algo que não exista, produzir uma singularidade na própria existência das coisas, dos pensamentos e das sensibilidades” (Guattari, 1995, p.213). Somos convidados, sem receitas ou fórmulas, e ainda bem, a criar ilhas respiráveis onde se possa lutar contra o condicionamento que nos conduz, permitindo-nos produzir rupturas de percepção, novos processos de pensamento, de sensibilidades, de intensidades subjetivas que recusem a captura da tríade representação-significação-categorização.



Não se trata de substituir um modelo por outro, jamais. Mas de experimentar o imprevisível, de abrir-se ao não planejado, de permitir a não constatação, de amar o desconhecido, de afirmar o lugar da produção de diferenças, de recusar toda metamodelização e de fugir às compras das ideias-feitas. Pois se há sempre uma “tentativa de eliminar os processos de singularização. E tudo o que surpreende, ainda que levemente, deve ser classificável em alguma zona de enquadramento, de referenciação” (Guattari, 1995, p.52), por outro lado, “somos obrigados a assumir a singularidade de nossa própria posição com o máximo de consistência” (Guattari, 1995, p.49).

Esta consistência não está pronta, é claro, e nunca estará. Por isso mesmo, é ela quem desafia o tempo todo a nossa própria produção de subjetividade. E nesse aspecto, somos obrigados a retomar o poeta Eliot. Mas de um modo bem diferente: “se os homens não edificarem, como irão sobreviver?” (Eliot, 2004, p. 295).



Referências

- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ELIOT, T. S. **Obra completa**: Poesia. Trad. Ivan Junqueira. São Paulo: ARX, 2004.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução de Ana de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- GUATTARI, Félix. **Psychanalyse et transversalité**. Paris: François Maspero, 1974.
- GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. Tradução de Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUATTARI, Félix. **Psicanálise e transversalidade**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.
- GUATTARI, Félix. **Lignes de fuite**: pour un autre monde de possibles. La Tours d'Aigues: L'aube, 2011a.
- GUATTARI, Félix. **L'inconscient machinique**: essais de schizo-analyse. Paris: Éditions Recherche, 2011b.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. À sombra das raparigas em flor. Porto Alegre: Editora Globo, 1957.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.
- SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.